

ATA DA 089ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Altair Silva, em outros momentos já tivemos a alegria de conviver com v.exa. e não temos dúvida nenhuma de que toda a grande região oeste do nosso estado tem neste Parlamento uma grande referência. Então, a minha acolhida a v.exa. por mais esse período nesta Casa.

Gostaria de registrar também, com muita alegria, deputado Altair Silva, a presença do nosso companheiro, amigo e ex-deputado estadual José Paulo Serafim. Para nós é um orgulho tê-lo em nosso meio, pelo extraordinário trabalho que tem

feito em defesa do nosso partido, o PT, no estado de Santa Catarina. Foi um orgulho tê-lo como companheiro neste Parlamento em vários momentos. Então, as boas-vindas a v.exa.!

Ao mesmo tempo, quero dar as boas-vindas ao presidente da Câmara Municipal de Araranguá, o nosso amigo vereador Ozair da Silva, do Partido dos Trabalhadores, que no dia de hoje se encontra neste Parlamento acompanhado de uma figura feminina, já que estamos no mês rosa, a nossa sempre amiga Janeta Costa, que é secretária do setor das mulheres do Partido dos Trabalhadores em nosso estado.

Então, feitos esses registros, gostaria de trazer presente um trabalho que estamos desenvolvendo já há um bom tempo no estado de Santa Catarina, que culminou com um grande seminário no município de Pinhalzinho sobre agroecologia. É num momento como esse que tiramos um tempo para debater temas acerca de como se relacionar, como conviver, como viver a agroecologia.

A agroecologia dá essa dimensão às relações humanas, às relações sociais, comunitárias, mas é um modo novo e diferente de se relacionar, de viver, de se comunicar. E dentro da agroecologia temos extraordinárias experiências de produção orgânica. São inúmeras as experiências, tanto no campo como no meio urbano. Aliás, diga-se de passagem, nesses últimos tempos ganha respaldo e confiabilidade a agricultura urbana, que se dá na experiência da produção alternativa, autossustentável, ao mesmo tempo em que o excedente serve como renda a muitas famílias ou grupos sociais.

Portanto, além da produção do alimento para consumo, muitas vezes essa experiência serve como complemento da renda familiar, além de ser uma ferramenta de terapia ocupacional. Quantos aposentados, por exemplo, fazem dessa atividade uma forma de obter uma renda complementar, além de ser uma forma de melhorar a convivência com outras famílias e de elevar a sua autoestima.

Hoje teremos a alegria de homenagear este Parlamento mais de 30 entidades que têm relação com a agroecologia, mas que fundamentalmente produzem alimentos saudáveis, orgânicos. Não vou aqui relacionar o nome dessas entidades que são de todo o estado de Santa Catarina e que fazem um excelente trabalho no campo e algumas vezes no setor urbano.

Elas serão homenageadas pelo Parlamento catarinense em reconhecimento ao extraordinário trabalho que estão fazendo no estado, contribuindo para diminuir a incidência de doenças que, muitas vezes, advêm da má alimentação. Portanto, as pessoas que atuam na produção orgânica estão imbuídas do objetivo de diminuir as doenças que dificultam a vida da sociedade como um todo.

Esperamos que esse evento tenha uma boa participação e deixo aqui o convite a todos os parlamentares para que compareçam às 19h, no plenarinho desta Casa, a fim de valorizar essa importante atividade que é desenvolvida por inúmeras famílias de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr, presidente, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, quero cumprimentar a secretária da Saúde, Tânia Eberhardt, bem como o dr. Murilo Capella e toda a equipe daquela secretaria, que aqui estão para explicar três medidas provisórias importantes para o SUS e a saúde do estado de Santa Catarina.

Na verdade, isso significa mais um aporte de recursos que o estado dá justamente para auxiliar o funcionamento do Sistema Único de Saúde, que usa recursos do governo federal e também uma grande fatia do governo do estado.

Para terem uma ideia, nos últimos quatro anos o governo do estado gastou mais de R\$ 700 milhões somente com os seus 14 hospitais, ao passo que o SUS entrou com cerca de R\$ 140 milhões por ano.

Vejam que a parte do estado chega a cinco vezes aquilo que o governo federal gasta nos hospitais públicos de Santa Catarina a título de pagamento das autorizações de internação hospitalar.

Mas temos também 192 hospitais filantrópicos, que não são da rede pública, mas que atendem ao SUS e que, naturalmente, cabe ao governo do estado propiciar o atendimento de pacientes. E uma das formas de fazer isso é através dos chamados mutirões.

Como dizia, através de três medidas provisórias o governo estadual aloca mais um valor significativo em nosso sistema de saúde. A Medida Provisória n. 190 trata basicamente da regulação, porque no passado, quando o paciente procurava o médico no hospital, era atendido pelo SUS, mas isso não era muito informatizado. É claro que existiam os registros nos hospitais para a cobrança da conta, mas agora isso será devidamente regulamentado. Ainda em 2013 serão investidos R\$ 7,2 milhões; em 2014, R\$ 21,6 milhões; e em 2015, mais R\$ 21,6 milhões.

Pela Medida Provisória n. 191 o estado visa investir neste ano R\$ 7 milhões; no ano que vem, R\$ 22,9 milhões; e em 2015, o mesmo valor, R\$ 22,9 milhões. Todos esses recursos serão destinados ao pagamento de consultas e exames de média complexidade. Assim, cada município receberá um *per capita* no valor de, mais ou menos, R\$ 0,30 por habitante, destinados a atender uma demanda reprimida na área de consultas e exames de média complexidade.

Por último, a Medida Provisória n. 192, que considero tão ou mais importante que a primeira, pois dará efetividade à fila, ou seja, ocorrerá a sua diminuição à medida que o número de atendimentos for aumentando. A previsão é de investir ainda este ano R\$ 21,1 milhões; no ano que vem, R\$ 83,9 milhões; e R\$ 93,1 milhões em 2015.

Isso tudo visa estimular a produtividade nos 14 hospitais da rede pública, pois nos últimos dez anos o corpo médico aumentou em torno de 50% na rede própria, mas apesar disso o número de

procedimentos e de atendimentos diminuiu 37%. Por quê? Justamente porque o médico contratado por mês não tinha o estímulo da produtividade.

No ano passado foi implantado um sistema de estímulo à produtividade. Com esse aporte de recursos novos a intenção é aumentá-la, profissionalizando o médico e implantando mutirões. Ou seja, será utilizada a estrutura do estado para fazer mutirões fora do horário normal de trabalho do médico e da equipe, que receberão, além da produtividade, um *plus*.

Portanto, o ideal é que cada paciente seja atendido na sua cidade ou no hospital da sua região. E aqueles que porventura precisarem ser transferidos, a estrutura do estado oferecerá um sistema para motivar o aumento do número de atendimentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente e srs. deputados, deputado Altair Silva, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, catarinenses que nos acompanham, trago hoje dois assuntos que acho de extrema importância.

O primeiro diz respeito a um convite que recebi do magnífico reitor da Universidade de Aquino, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, que tem o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Honrado deputado Kennedy Nunes, vice-presidente do bloco brasileiro da União dos Parlamentares do Mercosul

Dirigimo-nos à sua autoridade para fazer-lhe o convite para visitar nossa prestimosa universidade no dia 23 de outubro do presente ano, para uma reunião com as autoridades da nossa universidade, a fim de unirmos esforços em prol do bem-estar dos nossos alunos de origem brasileira, os quais precisam da sua colaboração para viabilizar os

trâmites de retorno a seu país, onde pretendem exercer sua profissão.

Agradecemos de antemão a sua gentil colaboração.

Saúde a todos vocês.

(a)Cláudia Camacho Palacios"

Sr. presidente e srs. deputados, é impressionante, mas somente na cidade de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, na Universidade de Aquino - Udabol -, há mais de 2.000 alunos brasileiros estudando, sendo que um bom número é de catarinenses.

Portanto, no dia 23 de outubro estarei na Bolívia representando o Parlasul e a UPM, a fim de encaminhar essa questão e ver também como estão vivendo os brasileiros que lá estudam. Porque me chegaram algumas informações de que vamos precisaremos resolver certa dificuldade que os alunos brasileiros têm em conseguir alguns documentos.

Sou diretor de Assuntos de Fronteira da UPM e também vice-presidente do bloco brasileiro do Mercosul. Inclusive, na próxima quinta-feira à tarde será realizada, no auditório Antonieta de Barros, uma reunião com todos os deputados do bloco brasileiro do Mercosul, ocasião em que vamos tratar de alguns assuntos, entre eles esse convite que recebi da Bolívia.

Outro assunto que repercutiu muito, sr. presidente, nesta semana, diz respeito à minha fala, na última quarta-feira, neste plenário, e à Indicação n. 0653/2013, que pede à secretaria da Segurança Pública e ao comandante da Polícia Militar de Santa Catarina que seja feita uma ação para minimizar o problema das candidatas que passaram em todas as provas do concurso e que estão aptas a começar o curso de soldado, mas que, infelizmente, por conta de uma lei, não estão conseguindo, apesar de existirem vagas disponíveis.

Agora, o que me chamou a atenção foi a posição do comando da Polícia Militar, tão fria quanto a lei. O comando da Polícia Militar, quando procurado pelos veículos de comunicação para falar

sobre o assunto disse que a PM não poderia fazer nada porque a lei reza que a participação feminina no efetivo é de 6% e que se o comandante convocasse as aprovadas estaria infringindo a lei. Legal se fosse assim. Perfeito! É como quem diz estou fora e pronto.

Vamos colocar os pingos nos *ii* aqui, comando! Tenho o maior respeito pelo comando da Polícia Militar, mas não posso engolir algumas coisas. Em primeiro lugar, o percentual previsto pela lei é de 6%? Então, vamos fazer uma conta: quanto dá 6% de mil? Dá 60. Se passaram e foram chamadas 93 mulheres, há 33 sobrando. Não eram 60? Por que entraram 93? Ah, claro, as outras 33 entraram por conta do mandado de segurança relativo à altura mínima das moças. Ah, então, 6% já não existem mais. Se o mandado de segurança foi acolhido, os 6% já foram desrespeitados! Então, não venham para cá me dizer que não chamam as demais por conta do percentual legal porque isso não corresponde à verdade!

Em segundo lugar, esse percentual de 6% foi usado por analogia com o Exército Brasileiro. Muito bem! Na semana passada, a presidente Dilma Rousseff promoveu ato para dar o direito às mulheres de assumirem o comando do nosso Exército. Sendo assim, Santa Catarina está caminhando no sentido contrário e continua com uma lei extremamente machista!

Mas vamos lá: 6%. O Exército Brasileiro também só permite um percentual de 6% de mulheres no seu efetivo, mas a verdade é que hoje há 6,93% de mulheres no Exército brasileiro! Ora, também lá o tal limite legal foi ultrapassado.

Eu também ouvi dizer que já existe o limite máximo para as atribuições às mulheres da Polícia Militar. Mas qual é a diferença da mulher e do homem na Polícia Militar, se ambos fazem os mesmos testes físicos, psicotécnicos e teóricos, sem nenhuma distinção? Portanto, para ter acesso à Polícia Militar a mulher tem que fazer o mesmo teste do homem. Igualdade, muito bem. Se para entrar o homem faz 100 polichinelos, a mulher tem que fazer 100 polichinelos para mostrar que é

igual ao homem. Mas apesar de fazer os mesmos testes, na hora de ser contratada dizem: "Sai, tu és mulher. Chega! Já há muita mulher aqui!" Que coisa machista! Que coisa feia, comando da Polícia Militar! Envergonha-me de saber que essa lei foi aprovada por esta Casa!

Eu não estaria fazendo essa defesa aqui se as mulheres fizessem testes diferenciados dos homens. Não! O homem tem que correr 5km e a mulher somente 200m. O homem tem que fazer tais exames físicos, a mulher vai fazer menos, porque é do sexo frágil. Aí eu teria a justificativa na hora do ingresso. Mas a mesma prova, o mesmo teste físico exigindo a mesma resistência... E agora, na hora de cravar, sobram 143 vagas de homens, 211 mulheres foram aprovadas e não querem contratá-las?! É uma vergonha!

Quero, nestes 30 segundos que me restam, dizer o seguinte: no governo passado também houve um problema desses. Sabe o que fizeram? Pegaram todas as mulheres e fizeram uma turma especial só de mulheres para aproveitar, porque, afinal de contas, fizeram o concurso, passaram, então têm que ser chamadas!

Eu não acredito que o governador vá deixar isso acontecer. Eu estou tentando uma conversa com o governador até para apresentar-lhe essas questões, porque entendo que não está sabendo e que quando souber vai saber fazer justiça.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Altair Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Quero cumprimentar os telespectadores da TVAL e da Rádio Digital Alesc, e dar destaque, sr. presidente, mais uma vez, a uma importante instituição de Chapecó, que é a Sociedade Amigos de Chapecó.

Em 1966, em Chapecó, um grupo de líderes visionários da cidade, liderados por Clair Eloy

Dariva e Valmor Ernesto Lunardi, começaram a trabalhar na criação de uma entidade que organizasse a 1ª Efapi, que surgiria em 1967. Daí nasceu a SAC - Sociedade Amigos de Chapecó -, que desde aquela data vem ajudando a construir a história de desenvolvimento, de crescimento, mas, principalmente, de fortalecimento das instituições do nosso município. Hoje, o segmento tanto sindical, quanto patronal funciona na sua plenitude, assim como as demais entidades representativas.

Eu próprio tive a oportunidade de ser presidente da Câmara do Jovem Empresário da Associação Comercial e Industrial de Chapecó. Participei também de várias diretorias da Acic, vendo todo o seu planejamento estratégico.

E a SAC - Sociedade de Amigos de Chapecó -, funciona como uma instituição guarda-chuva, pois tem como missão principal pensar o futuro de Chapecó, porque as administrações passam, mas as instituições permanecem. Ainda em 2012 foi lançado o Projeto Chapecó 2030, que agrega instituições como a Acic, o Sindicato Rural e a Unochapecó, que têm como elo agregador a construção de grandes ideias para aquela cidade.

Esta é a razão, por exemplo, de Chapecó já ter o segundo aeroporto mais movimentado do sul do Brasil em número de passageiros: ele foi pensado, visualizado e planejado por muitas cabeças para que se tornasse realidade.

Mas tudo o que cresce precisa ainda de mais projetos, e agora a nossa meta é fazer com que o aeroporto seja ainda maior, que passe a ter um novo terminal de passageiros e um terminal de cargas, a fim de exportarmos alimentos para o mundo.

Em todos os setores a SAC tem-se preocupado em formar uma equipe multissetorial para trabalhar a elaboração de projetos voltados para a agricultura e a pecuária, para o turismo, para a inovação da tecnologia, para o esporte, o lazer e o meio ambiente, sempre numa visão de desenvolvimento sustentável. Já na área da saúde temos uma visão

bem clara: ser referência em saúde e bem-estar com qualidade de vida.

Se no início Chapecó tinha no extrativismo a sua principal atividade, hoje podemos dizer que, além de ser um polo agroindustrial que é referência na produção de alimentos para o Brasil, é também um polo de prestação de serviços, graças ao número crescente de empresários que apostam na diversificação da economia e também a todos aqueles que investiram na educação, pois já são 14 as instituições de ensino superior presentes no município, entre elas duas universidades comunitárias, a UnoChapecó e a Unoesc, sem falar na Universidade Federal da Fronteira Sul.

Muitos alunos do grande oeste, mas também do Rio Grande do Sul e do Paraná, vão para Chapecó para fazer a sua graduação nas mais diversas áreas, o que fez com que nos transformássemos também num polo educacional. Mas isso ocorreu porque muitos sonharam, pensaram e realizaram através da SAC. Por isso quero saudar o seu diretor presidente, Cláudio Jorge Kracker, que hoje lidera a Sociedade Amigos de Chapecó.

Nós poderíamos ainda afirmar que a cultura, a assistência social, a gestão e a segurança públicas são ações que a SAC lidera na sua plenitude, porque tenho a convicção de que através de entidades fortes poderemos ter um futuro mais seguro. Defendo até que no Brasil existem muitos partidos. Se tivéssemos menos partidos, não haveria o partido de fulano ou de beltrano, mas haveria instituições partidárias ideologicamente fortes, com bandeiras claras. E nós, como militantes da política, defenderíamos as bandeiras centrais das nossas agremiações, fortalecendo-as como instituições, a exemplo da Sociedade Amigos de Chapecó que não tem nada a ver como partido político, mas é uma entidade forte e representativa, que dá voz à comunidade chapecoense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -
Passaremos ao horário reservado aos Partidos

Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e srs. deputados, quero fazer referência às notícias divulgadas ontem pela televisão e que hoje estão estampadas em todos os jornais. Refiro-me ao preço da telefonia no Brasil.

O Brasil tem a telefonia mais cara do mundo! Esse foi um assunto que não tratamos muito na CPI, mas é uma vergonha para o governo brasileiro. Vejam que nos Estados Unidos os preços são 60% menores e na Europa 40% mais baratos. E o pior é que pagamos caro por um serviço de péssima qualidade! Basta vermos o relatório da CPI da Telefonia, que vai ser lido aqui, para notarmos uma série de problemas que existem, principalmente na telefonia móvel.

Aqui mesmo, em Florianópolis, há vários pontos cegos. As empresas sabem do problema e não corrigem, porque sabem que se ficarmos ligando várias vezes, estaremos pagando mais. Espero que com as denúncias divulgadas pelo Brasil afóra a Anatel crie vergonha e resolva a questão, além de melhorar a qualidade do serviço de telefonia, reduza o preço das ligações.

Mas o motivo que me traz à tribuna nesta tarde diz respeito à Lei n. 587, de 2013, que aprovamos nesta Casa, uma lei extremamente discriminatória para as mulheres. Precisamos corrigir isto. Estabelecemos que apenas 6% das vagas dos concursos públicos da Polícia Militar sejam preenchidos pelas mulheres.

Assim, preparei um projeto de lei, juntamente com o deputado Kennedy Nunes, simplesmente revogando o artigo referente a esse percentual, bem como o item 19, do art. 2º, que diz que pessoas com tatuagem não podem ingressar na Polícia Militar.

Recentemente, um jovem tatuado que passou no concurso teve que ingressar em juízo para conseguir entrar na Polícia Militar.

Então, temos que revogar esses dispositivos, porque se a mulher preenche os requisitos básicos estabelecidos na lei e passa no concurso, ela tem que ter direito de ingressar na carreira que escolheu. Os homens que se preparem para prestar concurso em igualdade de condições sem essa odiosa discriminação.

Eu escutei atentamente o deputado Kennedy Nunes, mas acho que temos que entrar com o nosso projeto de lei, que não é ilegal. Nós não estamos mexendo da estrutura do concurso, simplesmente estamos acabando com uma discriminação que esta Casa - e aqui eu me penitencio, porque ajudei a aprovar - patrocinou. Logo, está na hora de corrigi-la.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, o governo alega que o projeto tem vício de origem, porque mexe na organização do Executivo, no caso, a Polícia Militar, mas eu comungo com v.exa. que não tem nada a ver uma coisa com a outra, são coisas diferentes.

Às mulheres que passaram no concurso e que estão-nos assistindo quero dizer o seguinte: é simples, entrem com um mandado de segurança alegando discriminação, porque vocês fizeram os mesmos testes que os homens.

Eu conversei com o jurista e ele me disse que se o teste das mulheres fosse diferente do teste dos homens, haveria restrição, mas como elas realizaram as mesmas provas físicas, o direito é igual.

Por isso, quero dizer a todas as mulheres injustiçadas que entrem com um mandado de segurança, porque essas vagas serão preenchidas, sim. Até porque se fossem seguir à risca os 6%, teriam ingressado somente 60 mulheres, quando na realidade já entraram 93, por conta daquelas 33 que conseguiram na Justiça a desqualificação da questão da altura.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Eu quero elogiar a sua posição em relação a esse tema.

Nós estivemos em audiência com o governo do estado, audiência essa que foi muito importante, porque foi acolhido o pedido da bancada feminina de não discriminar as jovens mais baixas. E quanto à questão da tatuagem, alguns homens também conseguiram o direito de ingresso na PM através da Justiça.

Contudo, nesse caso parece-me que não é necessário recorrer à Justiça. Se o governo estadual tem o entendimento de que a legislação é arbitrária, é injusta e não condiz mais com os tempos de hoje, ele mesmo pode adiantar-se e chamar as mulheres aprovadas. Quem sabe um tempo atrás quando não se tinha ainda consciência da igualdade de direitos. Não há mais condição, nos dias de hoje, de uma mulher que passou no teste de aptidão física ser impedida de ingressar na carreira, ou seja, ela venceu aquela etapa, sendo homem ou mulher, preto, branco ou amarelo, não interessa, ela passou no teste de aptidão. Então, tem direito de ingresso.

Mas, deputado Edison Andrino, podemos também fazer em conjunto! A bancada feminina solicitará uma audiência com o governador para reiterar não apenas o edital que foi corrigido anteriormente, mas que a legislação seja adequada no seu conjunto, a fim de fazer justiça às mulheres que querem ingressar na PM.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Eu tenho um carinho e um respeito muito grande pela briosa Polícia Militar de Santa Catarina, acho que é referência e exemplo para as Polícias Militares do Brasil inteiro, mas ela está precisando de um toque feminino maior. Estamos vendo no país a importância dos espaços que as mulheres têm conquistado e a competência com que desempenham suas funções e cuidam da coisa pública. E acho que com a Polícia Militar não é diferente.

Deputada Luciane Carminatti, não vejo empecilho para que esta Casa fazer as emendas necessárias à lei. E até diria mais, quem sabe a comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Mauro de Nadal, se aprofunda mais nessa lei, pois me ative na leitura e há uma série de itens essencialmente discriminatórios. Acho que precisaríamos criar uma comissão para analisar essa lei, não apenas a questão da tatuagem e da mulher. Há outros problemas sérios nessa legislação.

Repito, não vejo nenhum problema de ilegalidade, de inconstitucionalidade, se aprovarmos uma emenda ou várias emendas a essa lei, porque não estaremos mexendo na estrutura, simplesmente estaremos acabando com uma discriminação. Isso é competência desta Casa, se não for, então é melhor fechá-la. Se não podemos fazer nem isso, ou seja, acabar com uma discriminação, que não aumenta a despesa do estado, que não mexe na sua estrutura administrativa, não vejo porque existir um Poder Legislativo.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado Edison Andrino, como v.exa. já foi aparteado, serei breve para preservar o seu tempo.

Nós construímos isso com o governador, ou seja, pelo menos o limite na questão da altura das mulheres, que era altamente discriminatória.

Quanto aos 6%, até hoje não se conseguiu sequer cumpri-los exatamente pela quantidade de óbices que são colocados para as mulheres entrarem na Polícia. Mas a verdade é que o próprio governo do estado não tem cumprido a lei que ele mandou elaborar; ele nos autorizou construir uma articulação junto com a bancada durante o mês de março, mas a Polícia ainda não aceitou mesmo sendo determinação do governador. E essas mulheres estão tendo que recorrer ao Poder Judiciário para fazer valer o seu direito.

Então, fico muito feliz que v.exa., sendo da base do governo, faça valer a vontade do governador, expressa diante da bancada feminina, de não permitir essa discriminação contra as mulheres.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado. Incorporo os apartes ao meu pronunciamento.

Volto a afirmar, sr. presidente, esta Casa tem competência para fazer emendas não apenas a esses dois itens que abordamos, mas a outros também, a fim de corrigir as injustiças acolhidas nessa lei.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença de Luciano Formighieri, ligado à causa dos alunos de educação a distância. Com ele estão outros colegas de vários municípios do interior catarinense.

Queremos dar as nossas boas-vindas por quem luta pela educação a distância no estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Está feito o registro, deputada.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, sras. deputadas, esta é a primeira oportunidade que falo tendo inscrito meu nome no PSOL e gostaria de dizer da satisfação que tenho, neste momento, de me reportar ao debate que realizamos na última sexta-feira, com a presença de Plínio de Arruda Sampaio, um ícone da política brasileira de esquerda; de Ivan Valente, que é deputado federal e presidente nacional do PSOL; de Ronaldo Rocha,

que veio de Minas Gerais e é dirigente nacional da Refundação Comunista; e de uma centena de lideranças do estado de Santa Catarina, que no plenarinho deram-nos as boas-vindas à nossa nov agremiação política.

O nosso mandato esteve, como ferramenta de luta, nos últimos sete anos, à disposição da classe trabalhadora e de todos aqueles que lutam pelas causas justas das bases da sociedade catarinense e brasileira. É nessa mesma perspectiva que o mandato continuará, agora vinculado e filiado ao PSOL.

Quero aproveitar a oportunidade para convidar todas as militantes e todos os militantes que fazem política sem interesse pessoal, de caráter egoísta, que fazem política pelo prazer e pelo sentimento de necessidade, para participar do processo de debate dos rumos da sociedade.

Enfim, quero fazer esta breve saudação, agora como deputado pelo PSOL, desta tribuna, e dizer que a dificuldade no acompanhamento desta sessão é porque desde as 11h está acontecendo um debate, no plenarinho desta Casa, das comissões de Finanças, de Trabalho e de Saúde, sobre as três medidas provisórias referentes à saúde que estão na Casa. O debate continua e evidentemente repercutirá neste plenário nas próximas horas e nos próximos dias.

Aproveitando o ensejo, quero abordar a questão já levantada pelos deputados Kennedy Nunes e Edison Andrino, sobre o critério de ingresso na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros.

Se há uma coisa que este deputado preza é por não parecer arrogante, não parecer pavão, não parecer que já sabia ou que já havia dito antes. Mas para essas questões que têm dado problema nós já tínhamos apresentado emendas lá atrás! Isso foi discutido na comissão de Constituição e Justiça durante quase um ano! Foi feita uma diligência ao governo do estado e voltou com um "não" da casa grande da Polícia Militar! Além disso, a Assembleia atropelou as emendas que tínhamos sugerido com relação à altura das mulheres, com relação ao percentual limite de mulheres, que é

ridículo, diga-se de passagem, e com relação a outras questões importantes.

O líder de governo da época foi relator desse projeto na comissão de Constituição e Justiça e não acatou a resposta à diligência que veio do comando da Polícia Militar nem o debate que estávamos fazendo aqui dentro! O que aconteceu é que o governador Raimundo Colombo também está pagando, e tem que pagar, porque o governo se finge de surdo, mudo e cego com relação ao debate que acontece nesta Casa. Ou então o que veio de lá pode ter sido dito e assinado por um tecnocrata do oitavo escalão - o que veio de lá em resposta à diligência, a verdade absoluta e soberana - e vale aqui para a maioria e na questão dos vetos também! O oitavo burocrata na escala de poder do Executivo diz que não pode e a Assembleia Legislativa concorda! Somente quando estoura o problema na sociedade é que o governador percebe o tamanho do buraco da bala, como se diz no interior, e aí começa fazer as coisas direito.

Então, a nossa posição é que precisam ser revistos pelo governador Raimundo Colombo os critérios de ingresso na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, porque são discriminatórios com relação às mulheres! Aliás, são discriminatórios com relação a uma série de outros setores da sociedade e não em benefício do serviço público, diga-se de passagem, na minha compreensão, em benefício do ponto de vista de certo preconceito elitista e de certo padrão de ser humano que existe na cabeça de alguns. Esse que é o perigo maior.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Na ausência de deputados do PP, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, ontem, deputado Kennedy Nunes, teve mais uma reunião com um grupo de mulheres aprovadas no concurso da Polícia Militar. Entendo que esta Casa, corroborando o que o deputado Sargento Amauri Soares afirmou, tem que se posicionar a respeito desse último concurso e da estruturação da Polícia Militar. Eu acho que a palavra "ridícula" utilizada pelo deputado Sargento Amauri Soares para os 6% é justíssima porque, na verdade, é uma grande injustiça com as mulheres.

Temos que encontrar uma forma, deputado Mauro de Nadal, de corrigir isso. Houve um concurso para 940 homens e para 60 mulheres. Restaram 211 mulheres aprovadas nesse concurso e faltaram 248 homens a serem aprovados. Então, mesmo que se aproveitem todas as 211 mulheres aprovadas, ainda vai faltar efetivo. Num momento tão difícil da segurança pública em nível nacional e estadual, não é justo que haja essa discriminação pela questão do sexo. E as mulheres têm mostrado a sua competência em todas as atividades.

Há poucos dias verificamos pesquisas que mostraram que as empresas que mais têm-se destacado contam na sua parte diretiva com mulheres. O estado do Paraná já elaborou uma lei em que 50% das vagas estão direcionadas às mulheres. Lá há igualdade de condições. Acho que nem seria necessário fazer uma lei estabelecendo o limite. Mas a Lei n. 14.804, de 20 de julho de 2005, recebeu uma alteração e ficou assim:

(Passa a ler.)

"Art. 1º [...]

§ 2º Considerando a natureza especial da função de Policial Militar e Bombeiro Militar e o interesse público, ficam destinadas até 50% (cinquenta por cento) das vagas das inclusões no Quadro de Oficiais Policiais Militares, Bombeiros Militares e Qualificações de Praças para pessoas do sexo feminino." [sic]

Então, já temos uma lei no Paraná, já temos outras legislações, já temos a divulgação do comando da Polícia Militar no estado de Santa

Catarina de que já existe outro concurso em preparação para ser lançado nos próximos dias com mais 500 vagas.

Então, é muito importante que a segurança pública recepcione essas 211 candidatas aprovadas no concurso da Polícia Militar, para que elas passem a fazer o curso de formação.

Até na própria lei que aprovamos aqui na Assembleia Legislativa, no Capítulo II, Das Vagas, art. 4º, diz:

(Passa a ler.)

"Art. 4º A abertura de vagas para ingresso nas instituições militares do Estado de Santa Catarina dependerá de autorização prévia do Chefe do Poder Executivo." E já houve autorização do governador, já houve autorização do Poder Executivo.

"[...]"

§ 2º Independentemente do plano de inclusão, poderá ser autorizada, extraordinariamente, a inclusão suplementar de efetivos para suprir carências decorrentes da segurança pública." [sic]

Então, na verdade ha carência na segurança pública. Temos uma legislação que ampara permitindo o chamamento dessas mulheres para que façam parte do quadro da Polícia Militar do estado de Santa Catarina. Além disso, há um clamor social. Elas mostraram competência e capacidade. Não foi porque havia vagas em aberto, mas a verdade é que dos 8.000 candidatos que disputaram as vagas, não tivemos homens aprovados suficientes.

Então, nada mais justo do que as mulheres que passaram em todas as etapas do concurso serem chamadas para compor os quadros da PM. Não vamos querer uma polícia truculenta, a polícia não veio para ser truculenta não se está fazendo concurso para tropa de choque. Hoje, a polícia tem que cumprir os preceitos do respeito, da hierarquia e da cordialidade. E é como as policiais devem agir.

Então, é inadmissível querer fazer dentro dos quadros da Polícia Militar essa diferenciação. Não acredito até que o próprio comando, os próprios secretários aceitem essa diferenciação. Falar em

igualdade no discurso é muito bonito, mas quando vamos para um concurso, temos essa diferenciação.

Até acho, deputada Luciane Carminatti, que o seu projeto de 10% tem que ficar para trás. Temos que deixar em aberto e em igualdade, quem passar passou, e ali se administra a segurança. Na Polícia Civil não há essa exclusão, porque nada mais é do que uma exclusão. E na Polícia Militar também não podemos ter. E ver que as atividades policiais, hoje, são de orientação, de conversa e quando se precisa de operações, temos visto a determinação e a destreza das mulheres.

Há poucos dias vi um vídeo que está postado na internet de uma policial militar, no estado de São Paulo, que estava no seu horário de folga, percebeu que estava ocorrendo um assalto e perseguiu os ladrões sem que eles percebessem. Acionou pelo telefone o reforço e quando houve a abordagem, ela entrou na luta corporal com os marginais. Com a chegada dos colegas, os assaltantes foram todos dominados. Então, elas têm competência, têm educação, têm inteligência e devem ser chamadas.

Amanhã teremos reunião da comissão de Segurança, e eu sei que o pensamento majoritário desta Assembleia Legislativa é que haja a alteração da lei. Acho que até foi bom ter ocorrido esse incidente para que possamos discutir e clarear essa lei, a fim de fazer o melhor para o estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Quero somente lembrar que há pouco tempo tratamos da questão da discriminação com relação ao concurso dos bombeiros militares, ocasião em que avisei - e ainda havia tempo de mudar - que haveria esse mesmo problema no concurso da Polícia Militar, porque lá nos bombeiros também sobraram mulheres e o governador, o secretário de Segurança Pública e o comando do Corpo de Bombeiros acabaram pegando cinco que estavam no excedente e incorporaram.

A verdade, deputado, é que ainda existe certa intransigência no comando da Polícia Militar e nós temos que ser mais fortes do que eles em relação a essas questões citadas por v.exa.

Muito obrigado pelo aparte, deputado.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes. V.Exa. tem razão. A prática tem que ser melhor do que o discurso. Não se pode ficar falando em igualdade, mas na hora de aplicá-la refluir.

Tenho certeza de que conseguiremos levar nosso pensamento ao governador Raimundo Colombo e se o comando da PM discordar, vamos ter mostrar-lhe que é um equívoco e que a igualdade tem que ser respeitada. A competência independe de sexo, depende, sim, da vontade, da competência, do senso de dever.

Então, concordo com os demais colegas no sentido de que esta Casa deve contribuir para a correção dessa desigualdade que está implantada no concurso da Polícia Militar.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão reservados ao PT.

Com a palavra, o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão.

(Passa a ler.)

"Neste mês de outubro, ao olharmos em volta aqui mesmo na Assembleia Legislativa, nas pontes, praças, prédios, veremos que vários locais estão iluminados com a cor rosa. Hoje muitos funcionários desta Assembleia também estão vestidos com essa cor. Queremos destacar que essa é a cor da prevenção de uma doença que está entre as que mais vitimam mulheres em nosso país: o câncer de mama.

A cor rosa é o símbolo do Movimento Outubro Rosa, que surgiu em 1997, nos Estados Unidos, e

que hoje é realizado no mundo inteiro. Em 2009 começou a ser promovido em Florianópolis, por uma iniciativa da Associação Brasileira de Portadores de Câncer, a Amucc. O objetivo do movimento é alertar as mulheres sobre a importância da prevenção e da detecção precoce da doença, além de mobilizar a população, entidades e governo na luta contra o câncer de mama.

O câncer de mama é o que mais acomete as mulheres em todo o mundo, depois do câncer de pele. Em 2013, a previsão é de que sejam registradas mais de 52 mil casos da doença no Brasil. A região sul é a que apresenta a segunda maior incidência, com 65 casos a cada 100 mil mulheres. Apenas no sudeste esse número é maior, com 69 casos a cada 100 mil mulheres.

Em 2011 o governo federal lançou o Plano de Fortalecimento da Rede de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer. Segundo o plano, mulheres entre 40 e 49 anos devem fazer anualmente o exame clínico das mamas. Caso seja identificada alguma alteração suspeita, o profissional pedirá uma mamografia para confirmação. Já entre os 50 e os 69 anos é recomendada a realização de mamografias de rastreamento a cada dois anos. Mulheres com risco aumentado de desenvolver câncer de mama devem iniciar o acompanhamento aos 35 anos. Essas são aquelas que têm casos de câncer em pessoas próximas, da família.

No ano passado propusemos projeto de lei nesta Assembleia regulando a situação dos exames em Santa Catarina, inclusive sobre o banco de dados da lista de espera das mamografias, que é uma das coisas mais importantes e urgentes no país.

Melhoria da qualidade das mais de 3 milhões e meio de mamografias realizadas anualmente também faz parte das ações. Atualmente são 4 mil mamógrafos disponíveis em todo o Brasil, nas redes pública e privada. O que precisa ser melhorado é o acesso das mulheres a eles e a distribuição para além das grandes regiões metropolitanas.

Além do plano, outro avanço muito importante conquistado por todos os portadores de câncer foi o direito ao início do tratamento pelo Sistema

Único de Saúde, em no máximo 60 dias após diagnóstico. Agora precisamos ir à frente e tornar o diagnóstico mais rápido, com mais acesso aos exames, aumentando as chances de cura e tornando o tratamento menos doloroso. Estatísticas apontam que o câncer de mama tem cura em mais 90% dos casos descobertos em fase inicial.

Outro aspecto do câncer de mama é a questão do impacto na autoestima da mulher com a retirada da mama e dos efeitos da quimioterapia, como a perda dos cabelos. Para minimizar esse impacto é preciso que se tenha a reconstrução da mama como parte integrante do tratamento, de preferência realizando a reconstrução na mesma cirurgia de retirada da mama. Atualmente, muitas mulheres chegam a ficar por anos na fila esperando pela cirurgia que pode devolver-lhes a autoestima.

Além do rastreamento precoce, o combate ao câncer de mama passa também pela prevenção. Manter hábitos saudáveis de alimentação e exercícios físicos, eliminar o consumo de tabaco e diminuir a incidência da obesidade são medidas eficazes na prevenção e retardamento do aparecimento do câncer. Porém todas essas ações dependem de cada indivíduo - daí a importância de ações de conscientização, como o Outubro Rosa.

Além do custo que representa para o SUS o tratamento em estágio avançado da doença, perdas de vida pelo câncer representam um custo incalculável para o Brasil. São famílias desestruturadas pela perda de uma mãe, uma avó, uma filha, uma profissional, uma amiga. Realmente um custo com o qual não podemos mais arcar.

Precisamos acabar com o mito de que o câncer é uma sentença de morte e lembrar que o cuidado com a própria saúde é um ato de amor à vida."

Estamos fazendo esta manifestação no início deste mês também para lembrar que tramitam nesta Casa três medidas provisórias que tratam da saúde. Hoje mesmo participamos da reunião que tratou do assunto e vamos reunir-nos novamente às 17h, no âmbito da comissão de Finanças e Tributação, para votar as medidas provisórias que amanhã deverão vir ao plenário desta Casa.

Tínhamos expectativas que essas MPs contemplassem melhorias efetivas para a saúde catarinense, o que não ocorreu. Há questões ali colocadas que estão desde 2005 na pauta e que qualquer forma representam medidas que poderão tornar-se importantes. Por isso estamos debatendo hoje e amanhã, verificando a questão de emendas de aperfeiçoamento do projeto, para que essas medidas provisórias que tratam da saúde realmente se tornem um instrumento para melhorar a saúde dos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Fim do horário dos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0133/2013, 0347/2013, 0488/2013, 0513/2013, 0546/2013, 0652/2013 e 0655/2013.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0302/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera o art. 3º da Lei nº 7.581, de 1989, que cria o município de Timbó Grande.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0380/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que autoriza a doação de imóvel no município de Cunha Porã.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0655/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 0656/2013, 0657/2013, 0658/2013 e 0659/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0660/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 0661/2013 e 0662/2013, de autoria Aldo Schneider; e 0663/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 1.082/2013 e 1.083/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 1.084/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 1.085/2013 e 1.086/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.087/2013, de autoria do deputado Altair Silva; 1.088/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 1.089/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Requerimento n. 1.090/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem aos gerentes das empresas de telefonia em Santa Catarina pedindo a instalação de ADSL para acesso à banda larga no município de Nova Veneza.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0099/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e ao deputado federal Newton Lima, solicitando apoio à Proposta de Emenda à Constituição n. 308/2004, que trata da criação da Polícia Penitenciária Federal e Estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Esta Presidência ainda comunica que recebeu requerimento com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Os deputados que este subscrevem, com fulcro no Regimento Interno, art. 109, c/c o Ato da Mesa n. 227, de 14 de junho de 2011, vem perante v.exa. requerer a concessão da palavra, na sessão plenária do próximo dia 08, no horário de Explicação Pessoal, para manifestação dos estudantes de escolas públicas do estado de Santa Catarina, Wesley Finge, estudante do Instituto Federal Catarinense, *campus* do município de Concórdia; e Filipe Alexandre Schmitz, estudante da Escola de Educação Básica Altamiro Guimarães, do município de Antônio Carlos, para divulgação da participação dos mesmos no projeto Parlamento Jovem da Câmara dos Deputados." [sic]

Esse requerimento está assinado pelo deputado Mauro de Nadal e tem também a assinatura dos demais líderes.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o eminente deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, não é a respeito do ofício e é claro que concordamos com a manifestação, mas quero fazer um registro que julgo importante e sei que v.exa. irá compreender-me.

Nós tivemos, ontem, uma conquista importante para Santa Catarina, pois o estado foi para as finais da Liga Nacional de Futsal. Por que isso? Porque ontem, numa semifinal e numa conquista inédita, o time de futsal de Concórdia derrotou o time de Carlos Barbosa e classificou-se para a

semifinal, sendo que na semifinal pegou outro time classificado, ao qual também parabenizamos, que é o Joinville. Portanto, Joinville e Concórdia farão uma das semifinais da Liga Nacional do Futsal, disputando contra Orlândia e Corinthians, que farão a outra semifinal.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, não sei o que está acontecendo com o oeste de Santa Catarina, pois a Chapecoense está ganhando todas e está subindo para a série A. Já Concórdia vai para a final da liga futsal, já que o pessoal lá está trabalhando menos e treinando mais.

O que está acontecendo, deputado Neodi Saretta?

De qualquer forma, nossos parabéns, pois é o nosso estado que está em evidência.

Sr. presidente, quero registrar a presença do prefeito de Major Vieira, Israel Kiem, que está em visita a esta Casa. Registro ainda a visita de uma comitiva de Massaranduba, do meu amigo irmão Valdir Zapelini, do Orlando, que preside a cooperativa de arroz, uma cooperativa importante para Santa Catarina, do Wilson Eichstadt, secretário da Agricultura, e do Queijinho, que é o presidente do nosso partido.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Darci de Matos.

Esta Presidência suspende a sessão por até dez minutos para que os estudantes possam manifestar-se.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero, inicialmente, cumprimentar Wesley Finge e Filipe Alexandre Schmitz. Inclusive, há alguns dias o Wesley Finge falava aqui do Estatuto da Juventude aprovado na Câmara dos Deputados, por uma iniciativa do governo da presidente Dilma Rousseff, que discute os direitos da juventude no Brasil, o futuro e a atualidade dos jovens brasileiros.

Por todos os lugares por que passo sempre provoço a juventude, que há pouco tempo foi às ruas e que está resistente aos partidos políticos e à política brasileira. Por outro lado, não se apresenta alternativa a não ser a representação democrática da sociedade através da eleição direta de representação no Parlamento. Ou seja, no Executivo e no Legislativo ainda é a forma mais democrática encontrada pelo mundo afora. No Brasil pode-se questionar muito da forma da eleição, da máquina econômica nas eleições. Mas o voto direto ainda é a melhor maneira de escolher a representação da sociedade nos dois poderes citados.

Então, parabenizar o Wesley e o Felipe pela apresentação e pela participação neste importante programa que é o Parlamento Jovem.

Quero, sr. presidente, trazer presente o tema do processo de sucessão interna no nosso partido, o PED - Processo de Eleições Diretas -, que acontecerá no próximo dia 10 de novembro, ocasião em que vamos eleger todas as nossas direções e dirigentes. Vamos eleger os diretórios municipais, estaduais e federal, juntamente com o presidente nacional, estaduais e municipais.

Será um debate interno riquíssimo, pois teremos a presença de seis candidatos à presidência nacional do PT. Serão formadas oito chapas, todas disputando a eleição dentro do partido. Em Santa Catarina teremos cinco candidaturas a presidente, com sete chapas contribuindo nos debates internos sobre os rumos do PT nos próximos quatro anos.

Na última sexta-feira à noite tivemos, no município de Pinhalzinho, a presença do presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Rui Falcão, que é candidato à reeleição. Também tivemos a visita do nosso candidato a presidente estadual, ex-deputado Cláudio Vignatti, quando foi lançada a chapa que tem o seguinte lema: O partido que constrói as mudanças.

Foi um bonito ato, que demonstrou a importância da democracia interna, pois as lideranças das mais diversas regiões de Santa Catarina discutiram, participaram, deram sua contribuição àquele grande ato político.

Esse é o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, que permite a divergência interna de ideias, de projetos de partido, no qual as pessoas têm o direito de se manifestar, de se articular, de se agrupar e de discutir o rumo do nosso partido para o próximo período.

Nós temos grandes desafios pela frente. Estamos a um ano de uma nova eleição que vai decidir acerca da continuidade de um projeto maravilhoso que o PT vem conduzindo com os seus aliados nacionais e com a presidente Dilma. Aqui no estado o debate é acerca do rumo de Santa Catarina no próximo quadriênio.

Então, o Partido dos Trabalhadores está preparando-se, através do PED, para esse novo momento político e no dia 10 de novembro elegerá a sua nova direção nos três níveis: municipal, estadual e federal.

Quero parabenizar todos e dizer que o nosso presidente Rui Falcão é a figura que vem conduzindo o PT no último período, uma figura com uma seriedade extraordinária, uma segurança extraordinária, que tem trazido grandes debates para o nosso país, especialmente para o estado de Santa Catarina.

O nosso partido não se curva à perspectiva de não ver concluída no Brasil mais uma das grandes etapas com vistas a uma nação cada vez mais democrática: a reforma política. Nós precisamos discutir o fortalecimento dos partidos políticos, e a nossa proposta é voto em lista, já que e

necessário democratizar a disputa no país. Hoje, infelizmente, muitas pessoas de bem, muitas pessoas sérias gostariam de participar do processo, mas a violência do poder econômico nas campanhas eleitorais exclui muitas delas dessa participação.

Outra questão importante que debatemos foi justamente a construção uma Constituinte especial. É isto que o PT defende: uma Constituinte especial para fazer a reforma política. Não acreditamos que os deputados que hoje compõem a Câmara Federal tenham condições de fazer uma profunda reforma política. O que ficou claro nos últimos dias foi que se iria fazer uma perfumaria, ou seja, um arremedo de reforma, e não uma reforma central, com uma perspectiva real de mudança no regime e no sistema eleitoral brasileiro.

Mas quero ainda trazer uma reivindicação que diz respeito ao asfaltamento da estrada estadual chamada Caminhos da Roça, que liga Formosa, Irati, Jardinópolis, União do Oeste, Águas Frias e Nova Erechim e Coronel Freitas. Lamentavelmente, a rodovia foi iniciada, mas depois foi abandonada, ficando cheia de buracos e quase intransitável, principalmente de Águas Frias até União do Oeste. Precisamos de uma intervenção urgente para dar condições de tráfego àquela estrada. Hoje, a situação está pior do que a estrada de chão que havia antes de se abrir a rodovia e iniciar o cascalhamento.

Apelamos ao governador e ao secretário pela retomada da construção daquela rodovia. Há poucos dias trouxemos a situação dramática da estrada que liga o município de Paial a Chapecó, que ficou muito tempo abandonada. Agora, aos poucos, está-se retomando a obra. Então, esperamos que haja a decisão de se investir ao menos no que está iniciado, porque da forma como está não é possível. Daqui a uns dias teremos a festa da padroeira de Águas Frias e esperamos que até lá a rodovia seja reiniciada, melhorando a condição de tráfego.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Até por questão de justiça, quero fazer um agradecimento ao presidente da Celesc, Cleverson Sievert, relativo a um pleito que fizemos, juntamente com o prefeito Juliano Pereira, há 40 dias, com respeito à queda de energia na região de Irineópolis.

Recebi na semana passada a comunicação do presidente de que a Celesc autorizou a construção da subestação de 34 mil volts, num custo de R\$ 6 milhões, que com certeza vai resolver a questão da queda de energia, principalmente para a indústria fumageira e para as pessoas que lidam no campo.

Fica aqui o meu reconhecimento ao presidente da Celesc por essa tão importante conquista para o planalto norte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.